

Duas Revoluções: Rússia e China



Por Pedro Ramos de Toledo*

Comentário sobre o livro de Perry Anderson

Publicado em 2010 na revista *New Left Review*, importante periódico de teoria e análise marxista, *Duas Revoluções* apresentou um esforço comparativo de Perry Anderson para compreender os díspares destinos que esperavam as Revoluções Russa e Chinesa no final do século XX.

Em suas anotações – brevíssima introdução que abre sua reflexão – Anderson salienta o contraste dos percalços dos Estados ali surgidos: enquanto a URSS, cujo nascimento e trajetória marcou todo o século XX, “(...) desintegrou-se após sete décadas, quase sem um tiro, tão rapidamente como surgira”, a República Popular da China (RPC) “(...) é uma força motriz da economia mundial; o líder em exportações seja para a União Europeia, seja para o Japão, seja para os Estados Unidos; o maior detentor de reservas cambiais do mundo.” (p. 23).

Em seu esforço para explicar tal contraste Anderson elaborou quatro planos diversos, nos quais encontra-se dividido seu artigo: “Matrizes”, em que buscou identificar similitudes entre as estratégias e políticas implementadas pelos agentes vitoriosos de ambas as revoluções; “Mutações”, que versa sobre as condições históricas que determinaram os programas de reformas levados a cabo pelos Partidos Comunistas da União Soviética e China; “Pontos de Ruptura”, em que Anderson analisa as consequências dessas reformas; e “O Novum”, seção final em que Anderson debate o legado de longa duração dessas revoluções e em que medida atuaram como fatores determinantes para o desfecho de ambos os países.

Além do artigo de Anderson que dá título à obra foram incorporados nessa edição três textos que se encontram em direto diálogo com o documento principal: uma introdução escrita por Luiz Gonzaga Belluzzo; uma réplica ao artigo de Anderson, elaborada por Wang Chahua e publicada na *New Left Review* em 2015; e o posfácio assinado por Rosana Pinheiro-Machado. Como veremos, essas adições enriquecem sobremaneira a leitura do texto central de Anderson sem no entanto se reduzirem a meras anotações de suas qualidades e fraquezas.

Em sua introdução, Beluzzo nos apresenta um panorama contrastante acerca do desenvolvimento econômico dos Estados soviético e chinês. As condições em que se encontra a Rússia na vitória da Revolução de 1917 são profundamente restritivas: uma violenta guerra civil que opôs ao nascente Estado soviético as forças combinadas das principais potências imperialistas e de um exército contra-revolucionário; a oferta agrícola deprimida, resultante da desintegração da vida campesina decorrente dos esforços de guerra e das enormes fatalidades impostas ao exército russo (composto em sua quase totalidade por conscritos camponeses) durante a Primeira Guerra Mundial; e um complexo industrial frágil acabaram por tornar urgente a reconstrução da economia soviética, abrindo caminho para a Nova Política Econômica (*Novaya Economiskaya Politika* - NEP), na qual, sob o controle do Estado, atuariam como forças motrizes do desenvolvimento a pequena propriedade privada e empresas estatais orientadas para o lucro. Sem atentar para o período de estalinização dos anos 30, caracterizado pela implementação dos planos quinquenais, Beluzzo passa a demonstrar os

a terra é redonda

impactos da Segunda Guerra Mundial sobre a estrutura política e econômica da URSS. O brutal esforço de guerra empreendido pela sociedade soviética, somado às perdas irreparáveis ocorridas no conflito, acabou por militarizar não somente a sociedade como a própria economia. O fortalecimento da Economia de Comando e o investimento prioritário no complexo industrial-militar impediu - naqueles que Perry Anderson denomina “anos de estagnação” - que a economia soviética acompanhasse as transformações produtivas e informacionais pelas quais passava o mundo capitalista. As crescentes distorções no cálculo econômico deprimiam a produção de bens de consumo e aumentavam as dificuldades de crescimento intensivo da economia soviética. Já no final dos anos 80, a ausência de oferta transfigurava-se por um lado em excesso de dinheiro acumulado, e por outro em um crescente déficit orçamentário. A reforma de preços imposta pela *Perestroika* acabou por gerar efeitos hiperinflacionários e produziu efeitos desastrosos sobre a produção e o emprego. O “choque de mercado”, como explica Belluzzo ao citar Peter Nolan, foi uma tentativa desastrada de saltar “...do stalinismo puro e duro para as crenças igualmente dogmáticas do livre-mercado” (Belluzzo, 2018: p. 13).

A República Popular da China, por outro lado, escolheu para suas reformas uma rota diversa, cujos resultados contrastam com a catástrofe da *Perestroika*. Estabelecendo-se como uma nova fronteira para o capitalismo mundial, a RPC embarcou no final dos anos 70 em uma ampla reforma de sua economia, que permitiu ao país saltar de 1% de participação no comércio mundial em 1980 para 10,4% em 2010. Belluzzo nos apresenta de forma sintética um panorama daquilo que Deng Xiao Ping definiu como “socialismo à moda chinesa”: a atração de investimentos diretos; a absorção de tecnologia; fixação de metas de exportação; balança comercial avitária; controle do movimento de capitais; taxa de câmbio fixa; e políticas industriais que privilegiam as empresas nacionais. Tais medidas sustentam-se na relação simbiótica existente entre o Partido Comunista Chinês (PCC), o Estado e o mercado. A partir de um sistema de consulta às bases o PCC estabelece, com razoável independência em relação aos interesses dos agentes econômicos, o conjunto de diretrizes de longo prazo, cabendo ao Estado e suas esferas executivas a devida implementação. À iniciativa privada cabe atuar como força motriz da inovação tecnológica e garantir um ambiente competitivo entre os agentes econômicos. Soma-se a isso um rígido controle do mercado de capitais, que torna o ambiente econômico da RPC um espaço hostil para a prática do rentismo, garantindo assim o investimento direto nos setores produtivos. A RPC alia assim o máximo de competição ao máximo de controle através de um sistema econômico indicativo que conta com o papel ativo do Estado no desenvolvimento da economia.

Em “Anotações”, introdução de Anderson ao próprio artigo, o historiador britânico apresenta brevemente seus objetivos: compreender, a partir dos destinos contrastantes que aguardavam as Repúblicas Chinesa e Soviética no final dos anos 80, as condições objetivas e diferenças estratégicas dos sujeitos políticos envolvidos que colaboraram com o desvio de rumos tomados por Estados nascidos na mesma tradição revolucionária.

No primeiro capítulo de seu opúsculo, “Matrizes”, Anderson discorre sobre as condições historicamente recebidas por ambos os movimentos revolucionários que levaram a cabo as revoluções russa e chinesa e de que forma tais condições fornecem pontos de contato e rupturas entre as duas experiências. Ao analisar inicialmente o processo revolucionário russo, o autor apresenta como seus fatores característicos o caráter insurreicional majoritariamente urbano; a exígua base social desse movimento, composta pelo jovem proletariado russo; a guerra civil que se seguiu à Revolução de Outubro e que fora responsável pela destruição quase completa do parque industrial do país; o caráter internacionalista do movimento vitorioso, arrefecido já nos anos 20 pelas derrotas revolucionárias na Europa ocidental. É-nos apresentado um cenário que ressalta o isolamento em que se encontravam os sujeitos responsáveis pela revolução bolchevique de 1917, agora responsáveis pela consolidação do nascente estado soviético em meio às ruínas da Rússia czarista e dependentes exclusivamente de seus esforços.

As particularidades constitutivas do processo revolucionário chinês, por outro lado, são apresentadas por Anderson de forma a contrastar com a descrição do caso russo. Como frisa o autor: “A Revolução Chinesa, embora inspirada na russa, inverteu praticamente todos os seus termos” (p.26). Fundado em 1921, o PCC protagonizou uma longa guerra de atrito (1926-1949) contra o Kuomintang, os senhores da guerra chineses e, posteriormente, os invasores japoneses, estabelecendo-se enquanto poder dual a partir de sua ampla capilaridade nas regiões rurais da China. Tal capilaridade expressava o amplo apoio que o PCC recebia das camadas sociais rurais, resultado das amplas reformas (anulação de

a terra é redonda

dívidas, redistribuição de terras) que o partido realizava nos territórios que controlava. Tais condições – o controle territorial e a resistência ao invasor estrangeiro – possibilitaram ao PCC “... um grau de penetração social que o partido russo jamais alcançou” (p.29).

Se tais condições particulares separam o nascimento e a vitória das revoluções russa e chinesa, Perry Anderson identifica elementos convergentes, notadamente as questões concernentes ao campesinato e aos quadros burocráticos. Do lado russo, o autor salienta o papel desintegrador que a coletivização forçada das terras, a partir de 1928, exerceu sobre a classe camponesa russa. Esta “guerra contra o campesinato” acabou por produzir milhões de vítimas, entre mortos e degredados, uma catástrofe da qual a agricultura soviética nunca conseguiu se recuperar. No que se refere aos quadros burocráticos, Perry Anderson ressalta a “Iejovshchina”, ápice do terror estalinista, quando toda a velha guarda revolucionária de 1917, incluindo importantes nomes militares da Guerra Civil de 1919 e figuras proeminentes do universo cultural e político dos anos de 1920, foi dizimada pelo aparato burocrático-policial de Stálin. A liquidação dos antigos quadros explica-se, para o autor, na impossibilidade que Stalin encontrou em se impôr como líder revolucionário, restando tão somente o extermínio de qualquer dissidência, representada principalmente na geração heroica dos anos 20.

A China, por sua vez, acabou por encontrar dificuldades similares. Buscando acelerar o desenvolvimento da economia chinesa, Mao Tse Tung lançou, em 1958, o “Grande Salto para a Frente” (GSF), programa baseado na criação de comunas populares e na difusão descentralizada de pequenas indústrias leves. O desvio de mão-de-obra campesina para estas indústrias, aliada ao baixo rendimento das safras e a cotas elevadas de produção acabaram por produzir enorme carestia de grãos e uma subsequente onda de fome, causando mais de 30 milhões de mortes. Oito anos após o fracasso do GSF, coube à Revolução Cultural o expurgo sistemático de quadros burocráticos do PCC, em um processo que perdurou até a morte de Mao Tse Tung em 1976.

A despeito do papel central que tais paroxismos exerceram nas futuras reformas pelas quais passaram ambos os estados, Anderson toma o cuidado em ressaltar que suas causas e consequências foram radicalmente diversas. Diferentemente da Rússia, cuja coletivização se realizou através de uma guerra declarada ao campesinato e que levou à desmoralização do maior estrato social da URSS, o GSF não buscou a sujeição ao campesinato. Seu objetivo era integrar as populações campesinas a um ambicioso processo de industrialização das zonas rurais sem com isso despojá-las do trato e cultivo da terra. Seu fracasso se deu principalmente pela carência de dados fidedignos sobre o rendimento agrícola e: “[...] a vida nas aldeias, mesmo nas regiões mais gravemente afetadas, normalizou-se com surpreendente rapidez” (p.33). Quanto aos quadros burocráticos, as causalidades são ainda mais contrastantes. Ainda que parida nas disputas internas do PCC, a Revolução Cultural não objetivou eliminar os grupos dissidentes, mas impedir que a burocracia do PCC caminhasse para a formação de um casta burocrática semelhante àquela que se consolidou no poder da URSS após os anos de expurgo. Sem se utilizar diretamente do aparato militar-policial, a Revolução Cultural encontrou na juventude chinesa a novidade política que, por dez anos, balançou as estruturas burocráticas do estado chinês. Como ressalta Anderson: “Mao tinha conduzido a Revolução Chinesa para a vitória, e não houve massacre da velha guarda que combatera ao seu lado.” (p. 35)

No segundo capítulo, “Mutações”, Perry Anderson trata dos projetos de reformas empreendidos pelos Estados Soviético e Chinês, que acabaram justapostos nos anos 1980. A despeito das três décadas que separam os movimentos revolucionários da China e URSS, a simultaneidade de tais processos se explica pelas particularidades trilhadas por cada Estado, que Anderson descreve como “o fracasso dos esforços precedentes de reconstrução” (p. 37). Fiel ao seu método, isto é, utilizar o fracasso soviético enquanto espelho negativo para o sucesso chinês, Anderson apresenta para o leitor uma história das reformas empreendidas pela URSS, desde as condições historicamente dadas que as ensejaram até o papel que suas conduções tiveram na desintegração do Estado soviético, em 1991. Por um lado o historiador ressalta o longo período de estagnação entre os anos 60 e 80, que compreendeu os regimes de Krushchev e Brejnev, causados pela incapacidade que o estado soviético demonstrou em compreender as transformações produtivas pelas quais passava o capitalismo no pós-guerra, conservando como base de seu desenvolvimento uma economia de comando fortemente centralizada e concentrada na indústria pesada e no complexo bélico-militar; por outro, a cristalização de uma *nomenklatura* gerontocrática, já há muito afastada dos princípios e virtudes da geração revolucionária dos anos 1920.

a terra é redonda

A China em contrapartida encontrava-se, no final dos anos 1970, vivendo a ressaca da Revolução Cultural, que paralisou por dez anos a vida intelectual do país e produziu feridas profundas no quadro burocrático do PCC. O boom econômico dos tigres asiáticos – notadamente Coréia do Sul, Taiwan e Japão – colocavam em cheque o modelo socialista chinês, que via o abismo econômico que a separava do capitalismo asiático se alargar. Foi esta condição – o crescimento do hiato social-econômico que os separavam das potências capitalistas – que encontrou ambos os estados no final dos anos 70 e que tornou a necessidade de reformas uma agenda prioritária.

No caso da URSS, as condições iniciais eram elusivamente melhores: uma sociedade industrializada que contava com índices plenos de alfabetização além de uma ampla comunidade científica. Essas vantagens, por outro lado, acabavam anuladas por uma gigantesca economia de comando que contava com mais de 60.000 produtos tabelados, cuja inércia exigia um gigantesco esforço para mudar de rumos. As tecnologias de informação, centrais para a reelaboração dos setores planificados da economia, não foram assimiladas; e os bens de capital eram obsoletos, impactando na relação capital/produto. Soma-se a isso o papel da Guerra Fria nesse cenário de estagnação, ao embargar recursos para a modernização da economia em favor da elevação contínua dos gastos militares e em detrimento dos setores de produção de bens de capital e consumo (Anderson, 2018 [2010]: p. 39). Ao ascender ao poder em 1985, Mikhail Gorbachev encontrou uma economia estagnada: taxa de crescimento quase nula e desequilíbrio cambial decorrente da queda do preço do petróleo. Frente a esse quadro, Gorbachev buscou reformar os quadros político (*Glasnost*) e econômico (*Perestroika*). Perry Anderson atenta para a ênfase que acaba sendo dada por Gorbachev na reforma política em detrimento das reformas econômicas, em cuja atuação se mostraria desastrado, produzindo déficits seguidos e hiperinflação. Ao assumir o poder, Gorbachev passa a atender as reivindicações políticas de uma *intelligentsia* unificada pela crítica ao regime soviético, que exigia a realização de eleições livres, a desativação da Guerra Fria e a introdução da economia de mercado. A busca por apoio popular e as resistências de seus membros às reformas liberalizantes implicou na progressiva alienação do PCUS, separando neste contexto o Partido dirigente do poder do Estado. Anderson aponta nesta escolha política o ponto fulcral para a desintegração do Estado Soviético, uma vez que o PCUS era o elemento que garantia a unidade das repúblicas. Uma tempestade perfeita, derivada da confluência entre apagões político e econômico, acabou por desintegrar a URSS da noite para o dia.

A partir deste momento Anderson se dedica inteiramente aos processos de reforma chineses. Seu ponto de partida é determinado por aquilo que considera as “vantagens negativas” da China: um nível inferior de industrialização que garantia metas de produção mais modestas; um sistema de planejamento mais maleável, decorrente de tradições campesinas mais arraigadas e infraestrutura mais pobre; maior autonomia das províncias e municípios, garantindo aos poderes locais maior autonomia; e um campesinato que constituía “a pedra angular da nação”, e do qual o PCC usufruía de grande apoio. No campo internacional, a aproximação com os EUA em 1976 e uma política de não-participação direta na Guerra Fria dotava a RPC de um grau de manobra inimaginável então para URSS, garantindo ao primeiro ajuda financeira e fortes investimentos estrangeiros aos primeiros sinais de uma abertura de mercado. Como salienta Anderson: “[...] não havia nenhum descontentamento profundo no campo, tampouco havia ameaça imperialista direta vinda do estrangeiro, pela primeira vez na história moderna do país.” (p 45). Esses fatores, aliados à alta popularidade de Deng Xiao Ping e os “oito imortais”, permitiram que a China iniciasse suas reformas em condições bastante diversas daquelas que encontrava a URSS. Anderson ressalta o papel daquilo que considera uma liderança enérgica, sensível às transformações pelas quais passava o capitalismo global e que desfrutou de grande apoio popular decorrente do sucesso econômico, além de conduzir os processos sucessórios sem grandes solavancos .

Anderson identifica como ponto de partida das reformas chinesas a transformação das relações fundiárias, com uma nova reforma agrária que desativou as antigas comunas e parcelou a terra entre a população, garantindo o usufruto da terra e a comercialização dos excedentes de produção, desde que atendidas as cotas estabelecidas pelo Estado. No setor industrial ocorreu uma flexibilização dos preços tabelados, permitindo aos gestores de empresas estatais, agora arrendatários de suas empresas, negociar os excedentes a preços de mercado. Foram criadas também as empresas de povoados e aldeias (*Township and Village Enterprises* ou TVEs), que se beneficiavam com baixos impostos e crédito facilitado. Este modelo, que transita entre as propriedade privada, coletiva e estatal, se mostrou altamente lucrativo, aproveitando-se da vasta mão de obra disponível. O terceiro pilar do programa de reformas chinesa foi a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs),

a terra é redonda

cujo objetivo era repatriar massas de capital a partir do baixo custo manufatureiro além de absorver tecnologias. É a partir das ZEEs que a RPC equaciona uma ambiciosa agenda de inovação, cuja produção voltada à exportação se concentraria principalmente em eletrodomésticos e produtos eletrônicos.

Nos dois últimos capítulos, “Pontos de Ruptura” e “Novum”, Perry Anderson apresenta suas conclusões sobre as reformas chinesas, tanto pela perspectiva de seus resultados, quanto das possibilidades que se abrem no começo do século XXI. O sucesso das reformas implementadas nos anos 1980 possibilitou que a RPC intensificasse na década seguinte a implementação de ferramentas de mercado em sua economia, ao mesmo tempo em que possibilitou ao PCC enorme capital político, então utilizado para conter demandas democráticas e reprimir vozes dissidentes. Este hiato entre as liberdades econômica e política se evidenciaram em 1989, com a brutal repressão lançada por Deng Xiao Ping sobre os manifestantes da Praça da Paz Celestial, quando então o Exército de Libertação Popular dissolveu violentamente o movimento. Esse episódio representou a reafirmação do poder central do PCC, diferentemente da crise de poder que se abateu sobre o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) na esteira das reformas de Gorbachev. Durante a década de 1990, a China experimentou grandes taxas de crescimento, superando a década anterior. Foi durante este período que a RPC reorganizou sua estrutura industrial, conservando a propriedade estatal de setores estratégicos ao mesmo tempo em que privatizou boa parte das TVEs e permitiu maior autonomia aos gestores provinciais para fazer uso das empresas estatais. Foi neste segundo períodos de reformas que a RPC fez uso agressivo de tarifas industriais baixas para atrair grandes volumes de capital estrangeiro, maximizando os lucros advindos do comércio exterior e se consolidando como a maior plataforma de exportação de manufaturados do planeta. A China chega ao século XXI com força total.

Em suas considerações finais, Anderson convoca três das principais correntes interpretativas acerca do sucesso do modelo chinês: a primeira de cunho historiográfico, que enxerga laços entre o despotar da RPC e o passado imperial; a segunda, em voga principalmente entre economistas, que interpreta tal sucesso a partir da integração tardia da China ao sistema capitalista global; e, por fim, aquela que atribui o protagonismo da Revolução Chinesa e o combate de Mao Tse Tung a uma possível tendência de degeneração burocrática. Ainda admitindo que tal resposta envolve diferentes elementos das três interpretações, o autor pende de forma nítida em favor do papel da Revolução Chinesa e de seus líderes na condução da RPC para uma economia de mercado, ressaltando a título de exemplo o processo de despossessão do campesinato a partir do sistema *Houkou*, instituído no Grande Salto pra Frente (GSP), e que garantia a segregação do campo em relação às cidades, fornecendo ao Estado o controle dos fluxos migratórios e, consequentemente, do processo de acumulação primitiva dele advindo. Anderson finaliza apontando alguns dos desafios que se abrem à RPC, como a desigualdade social galopante; a corrupção endêmica; a brutalidade das relações de produção presentes na indústria chinesa; a brutal perseguição aos dissidentes políticos, concentrados à esquerda do Partido; e a contínua espoliação do campesinato, alicerce que sustenta a legitimidade do PCC. Seu último parágrafo é dedicado à falibilidade que espera qualquer um que intentar fazer previsões sobre o destino da RPC, dada a natureza complexa de tal processo histórico, que pendula entre a fascinação pelo ocidente e o chauvinismo do Han, entre um futuro democrático e o paternalismo autoritário in perpetuo: “Rumo a que horizontes está se deslocando o gigantesco juncos da RPC, isso é algo que resiste ao cálculo, ao menos quando se utilizam os astrolábios ora conhecidos”.

O terceiro ensaio que compõe a obra é escrito por Wang Chaohua, intelectual chinesa que figurou entre as principais lideranças dos protestos da Praça da Paz Celestial. Intitulado “O Partido e sua história de sucesso: uma resposta a duas “revoluções”, Chaohua buscou prover um contraponto ao trabalho comparativo proposto por Anderson, por entendê-lo assimétrico na forma como tratou as revoluções russa e chinesa, cabendo “[...] ao caso russo ajudar a lançar luz sobre o caso chinês”. (Chaohua, p. 73). Para Chaohua, a tentativa comparativa de Anderson resvala em três problemas fundamentais: o tratamento assimétrico em desfavor do caso russo; a inadequação da forma ensaio quando se precisa comparar processos de longa duração tão complexos como as duas revoluções; e o problema de periodização, causado pelo esforço em comparar processos de reforma deflagrados sincronicamente, mas cujas causas estão separadas por mais de 30 anos. Tal discrepância, de acordo com a autora “[...] inevitavelmente gera simplificação e má interpretação do processo na China” (Chaohua, p. 74). Em seu ensaio, Wang Chaohua tenta equalizar tais discrepâncias em dois movimentos: no primeiro, ela fornece positividade ao espelho russo, ressaltando elementos qualitativos daquela em relação à revolução chinesa, tais como o caráter mais sofisticado da utopia revolucionária russa e o amplo apoio da URSS a movimentos

a terra é redonda

comunistas internacionais. O segundo movimento é um olhar mais aprofundado sobre o período de reformas pós-Mao, cujo desenvolvimento acabou, de acordo com a autora, por desenraizar o PCC de suas tradições revolucionárias, sujeitando todas as estratégias à *Realpolitik* em favor do desenvolvimento a qualquer custo. O avanço da economia acabou por ocultar as contradições políticas internas, expressadas por problemas de caráter sucessório; pela concentração de poder na figura do presidente; pelo potente aparato repressor; a formação de um subproletariado em escala inédita na história mundial; e esvaziamento do discurso socialista, cujas promessas garantiram a vitória da revolução em primeiro lugar. Para Chaohua, o “socialismo de características chinesas” serve somente para mascarar o oposto dos princípios que supostamente defende.

O posfácio da obra – “Rumo e Repressão” – ficou ao encargo da antropóloga Rosana Pinheiro-Machado. A autora nos apresenta um conjunto de permanências históricas milenares presentes nas estruturas de poder chinesas e a forma como tais estruturas são convocadas com o objetivo de dar legitimidade às autoridades. Respeito às tradições e a crença no equilíbrio do universo são alguns dos elementos trazidos às práticas do poder pelo legado de sistemas filosóficos, como o confucionismo, o taoísmo e o legalismo, cuja ativação fornece o alicerce para a noção de *Xiaokang* (conforto econômico), conceito central para o desenvolvimento desse posfácio. Como afirma Pinheiro Machado: “[...] ‘a grande harmonia’ confuciana entre o mandato celestial dos governantes e a população só existe com *xiaokang*” (Pinheiro-Machado, 2018: p. 117). Através da percepção de conforto e rumo, as insatisfações populares tendem a se voltar contra poderes locais, poupando por isso os poderes centrais. A autora demonstra que o *Xiaokang* configura formas particulares de ação coletiva dos chineses, cujo direito de rebelião não deve interferir na estabilidade. Seu trabalho ajuda a corroer o falso mito da passividade chinesa frente a um estado autoritário: ocorrem a cada ano mais de 3000 greves e 200.000 protestos na China. Esses números mostram uma pungente vida coletiva e que vai ao encontro da característica enérgica que Perry Anderson imputa ao povo chinês, sem no entanto colocar em risco o aparato governamental do PCC chinês, que traz a China para a vanguarda da produção científica e tecnológica após duas décadas de “desenvolvimentismo de sobrevivência”, conceito que Pinheiro-Machado utiliza para explicar um modelo de exportação baseado na produção de manufaturas baratas, trabalho intensivo e manipulação da moeda. A despeito da violência das relações de produção que caracterizavam essa fase, o padrão de vida da cidade e do campo melhorou. *Xiaokang*. (Pinheiro-Machado, 2018: p.125)

É por meio do *Xiaokang* que a China mantém a conciliação entre ação coletiva e repressão. Pinheiro-Machado demonstra como tal conceito permeia mesmo os momentos mais explosivos de contestação dos poderes estabelecidos, como a RCP. A autora nos mostra que a China “...tem demasiada história e demasiado sentido histórico para abandonar seus tiques milenares de governar” (p 125) e ajuda a olarmos para o “Império do Meio” de forma menos estranhada, e talvez por isso, com mais assombro.

Perry Anderson realiza um sólido trabalho de síntese em seu ensaio *Duas Revoluções*, apresentando ao leitor, em 44 páginas, um panorama do desenvolvimento do modelo socialista chinês a partir dos pontos de contato e ruptura entre os estados nascidos a partir das duas mais importantes revoluções do século XX, a russa e a chinesa. No entanto, é forçoso dizer que as críticas de Wang Chaohua ao trabalho de Anderson fazem eco. A assimetria de tratamento que Anderson presta às revoluções em desfavor da Revolução Russa, servindo tão somente para realçar o sucesso da Revolução Chinesa, coloca em xeque o objetivo comparativo que se espera ao ler o título da obra. Nesse sentido, a réplica de Chaohua, antes de negar, complementa o esforço comparativo de Anderson ao delinear aspectos político-sociais da Revolução Russa que acabam por passar despercebidos ou pouco tratados pelo historiador britânico e apresenta de forma mais pormenorizada contradições internas presentes no modelo chinês que problematizam algumas simplificações presentes no ensaio de Perry Anderson. Talvez em decorrência do modelo metodológico escolhido pelo autor – uma comparação em reflexo das duas revoluções a partir de seus pontos de contato e ruptura – também sentimos falta de um “ponto de inversão”: similaridades possíveis entre as reformas chinesas nos anos 80 e a Nova Política Econômica (NEP) de Lenin e Bukharin, datada dos anos heroicos da Revolução Russa. Em que medida a introdução da economia de mercado, o direito à propriedade do excedente de produção e o estímulo à competição entre empresas estatais em torno da possibilidade de lucro não refletem a influência e o apreço que Deng Xiao Ping nutria pelo NEP (HUI, 2017: pp. 705), inclusive como resposta à economia de comando gessificada dos anos brejnevistas? Perry Anderson dedica pouco espaço para o NEP, ressaltando unicamente seu caráter limitado. Esta é uma abordagem que a obra deixa em aberto e que faz coro à forma assimétrica com que Anderson trata os Estados soviético e Chinês. Resta em aberto a incógnita acerca do destino que espera o desenlace do “socialismo à

a terra é redonda

moda chinesa”, uma charada que nem os mais usados futurólogos ousam apontar. Perry Anderson nos possibilita a partir de sua leitura um vislumbre das tramas que acobertam tal destino.

***Pedro Ramos de Toledo** é mestre em história pela Universidade de São Paulo (USP)

Referências

Perry Anderson. *Duas revoluções: Rússia e China*. São Paulo, Boitempo, 126 págs (<https://amzn.to/3sd8rPb>).